UMA CRISE DE AUTORIDADE

EURICO MADEIRA, Caderno de Administração Pública n.º 65, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.

Não há dúvida nenhuma de que as técnicas didáticas usadas no ensino superior estão passando por uma revisão. Talvez não tão ampla nem tão profunda como seria de desejar, mas, em todo caso, uma revisão que vai levar o ensino superior a tomar novos rumos.

Até bem pouco tempo, o ensino primário, o primero a sofrer profundas modificações, era o único a merecer os cuidados dos pedagogos. Dêsse nível passou-se à escola secundária e, agora, os professôres das nossas escolas superiores, pelo menos alguns, começam a se preocupar com novas e mais modernas técnicas didáticas.

Não sei se estarei sendo injusta, mas penso que o ensino da Administração, em nível superior, não só teve um início promissor, como tem dado excelente contribuição a essa revisão tão necessária. Nesse campo, a EBAP, desde sua fundação, em 1952, tem sido pioneira. Veja-se, nos seus primeiros currículos, a inclusão de seminários e debates, a utilização do método de casos, conferências etc.

Assim, a publicação do Caderno n.º 65, de autoria do Dr. Eurico Madeira, intitulado "Uma Crise de Autoridade", constituiu-se numa contribuição apreciável à literatura que a EBAP, através de seu programa de publicações, procura pôr nas mãos de professôres e estudantes de Administração.

Considero oportuna essa publicação porque ela vem provar que podemos preparar nossos próprios casos, baseados na realidade do nosso ambiente de trabalho, ao invés de utilizar casos importados, que nem sempre satisfazem, pelo seu conteúdo e pela sua tradução, aos anseios dos alunos, sempre ávidos de maior participação no processo ensino-aprendizagem.

Aliás, a popularidade dêsse método, que vem sendo também utilizado no ensino de Direito, Medicina e Serviço Social, é devida ao aspecto dinâmico, que favorece essa participação do aluno, envolvendo-o no processo de aprendizagem.

Não é fácil, porém, sua utilização. É preciso, inicialmente, condicionar os estudantes de maneira positiva, de modo que a receptividade ao método seja grande. O êxito do uso do caso depende muito mais do grupo do que do professor. É claro que cabe a êste a responsabilidade de escolher um "bom caso", mas aos alunos cabe a responsabilidade de se preparar, através de leitura atenta, para a sessão de discussão.

Julgo o caso do Dr. Eurico Madeira um bom exemplo a ser usado. Originado de um incidente entre uma chefe de seção e um contínuo, o caso envolve aspectos bem variados de nossa ambiência administrativa, tais como os problemas de Chefia, de Relações Humanas, de Organização, de Administração de Pessoal, de Processo Decisório etc.

É apresentado em quatro partes que vão desde a descrição do Departamento de Previdência dos Servidores do Estado (DPSE) até à reorganização da Seção de Expediente e Anotações. A Parte III descreve o incidente do contínuo, que é o ponto crítico da crise de autoridade e que vai ser, durante a aula, um dos aspectos mais calorosamente discutidos.

Além de ser bem apresentado como caso, o autor teve o cuidado de narrar o incidente (página 77), permitindo, com isso, que o tema seja usado como dramatização. O autor teve, aliás, a cautela de incluir instruções que orientam o professor na utilização de tal técnica. Creio que, para um professor imaginoso e interessado, as informações contidas no Caderno n.º 65 prestam-se, também, à aplicação do método do incidente, o qual, tal como a dramatização, é uma variante do método de caso.

O Dr. Eurico Madeira foi também hábil na apresentação dessas informações. Descreveu, em linguagem clara e objetiva, a criação do DPSE, seus objetivos, sua organização, sua lotação e seus problemas, antes de apresentar o incidente. Isso é importante num caso, pois leva o estudante a situar melhor e mais objetivamente os fatos e as pessoas. Os personagens são muito bem descritos. Nota-se, ainda, a naturalidade dos diálogos que ilustram o incidente entre o chefe e o contínuo, o que provoca o maior interêsse dos estudantes.

Tenho aplicado êste caso nos meus cursos de Problemas de Chefia e de Processo Decisório. Tenho preferido a forma de dramatização, por ser esta a que mais agrada aos alunos, mas está nos meus planos futuros fazer a experiência com o caso pròpriamente dito e com a sua variação de método de incidente. Em tôdas as experiências já feitas, notei sempre o interêsse e o envolvimento dos estudantes pela situação. Algumas vêzes era difícil encerrar a aula, pois as discussões continuavam e as opiniões se multiplicavam em tôrno da atuação dos participantes e das decisões por êles tomadas.

Note-se que o entusiasmo com que fiz a crítica do Caderno n.º 65 não é o entusiasmo de mero leitor, mas de alguém que crê na aplicação dêsses métodos cujo valor é maior que uma série de aulas expositivas, ainda que muito bem planejadas e melhor executadas.

Assim, considero de grande utilidade o Caderno n.º 65 e desejo que outros casos venham enriquecer a já tão conhecida série de Cadernos de Administração Pública da EBAP.

Maria Pia Duarte Gomes.
Professôra da EBAP

WHO GOVERNS? DEMOCRACY AND POWER IN AN AMERICAN CITY

ROBERT DAHL, *Yale Studies in Political Science,* Vol. 4, New Haven, Conn., Yale University Press, 1961.

Duas posições relativamente bem diferenciadas marcam os estudos de poder local nos Estados Unidos. De um lado os chamados "elitistas" em geral sociólogos, defendem a tese de que uma minoria, a "elite do poder", decide os destinos da comunidade (ver R. e H. Lynd — *Middletown* X *Middletown in Transition;* e F. Hunter — *Community Power Structure*). De outro lado os chamados "pluralistas", em geral cientistas políticos, acreditam que diferentes grupos de interêsse, organização e associações voluntárias participam também do poder. Diversos "centros de poder" competem na formulação da política local.

Robert Dahl, cientista político, sustenta no seu livro *Who Governs?* a tese pluralista. Estudando New Haven (164.000 habitantes e sede da Universidade de Yale) chega à conclusão de que nessa comunidade não se pode falar, atualmente, numa "elite do poder". Partindo do pressuposto de que os recursos de influenciação (*resources of influence*) que, em última análise, determinam o poder (dinheiro, educação, família, posição, voto etc.), estão desigualmente distribuídos entre pessoas e grupos, verificou que em New Haven essas desigualdades passaram de cumulativas para não-cumulativas. Assim, as pessoas que estavam em melhor situação com referência a um recurso (por exemplo, família) ocupavam também posição privilegiada quanto aos demais recursos de influenciação (dinheiro, educação, posição etc.), embora persistam desigualdades com referência à comunidade como um todo. O fato de um indivíduo ter acesso a um dos recursos de influenciação (educação, por exemplo) não implica igual acesso aos demais.

A liderança política de New Haven, de acôrdo com Dahl, passou sucessivamente das mãos dos "patrícios" (oligarquia) para a dos empresários e da ex-plebe. Na época em que a pesquisa foi realizada, Dahl constatou que New Haven apresentava novamente um caráter de transição com o surgimento de um nôvo tipo de liderança. "Os novos homens" (*New Men*), diz êle, "podem muito bem ser os burocratas e os especialistas (*experts*) — e os políticos que sabem como utilizá-los" (p. 62).

Através da análise do processo decisório em três áreas específicas: seleção, pelos partidos políticos, de candidatos para cargos eletivos; redesenvolvimento urbano e educação pública, Dahl verificou que, com algumas poucas exceções, há uma especialização de influência: os líderes e sub-líderes numa área não são, em geral, os mesmos que em outras. Não há um grupo homogêneo, integrado pelas mesmas pessoas, tomando as decisões nas três áreas (pluralismo).

O fato de ter o livro sido publicado há sete anos permite-nos um balanço do seu impacto no estudo do poder local. O grande número de referências feitas a *Who Governs?* e ao enfoque adotado por seu autor, a reaplicação do seu método em estudos posteriores, falam, por si só, da importância da obra. *Who Governs?* tem sido, contudo, alvo de uma série de críticas. As mais sérias que se lhe têm sido feitas são:

— como Hunter (*Community Power Structure*), Dahl encontrou, através de sua pesquisa, exatamente aquilo que se propunha a encontrar antes de começá-la. Suas idéias preconcebidas condicionaram as conclusões obtidas (ver M Goldestein — *Who Governs?* — book review — 27, *American Sociological Review*, Dec. 1962, p. 860);

— os dados apresentados não justificam a defesa do pluralismo em New Haven (ver F. Hunter — *Who Governs?* — book review — *Administrative Science Quarterly*, March 1962, p. 518);

— a análise feita nem sempre distingue entre o fato empírico e a teoria valorativa (ver Presthus, *Men at the top*).

Os pluralistas e, portanto, Dahl, têm sido também criticados no que diz respeito à metodologia adotada: a análise do processo decisório em áreas específicas pré-selecionadas. O fato de isolarem determinados problemas como sendo os essenciais para o entendimento da estrutura do poder local envolve um alto grau de subjetivismo e arbitrariedade. Certos problemas fundamentais para determinada comunidade podem muito bem passar despercebidos aos olhos do pesquisador. Há necessidade de um critério mais rígido na determinação das áreas de interêsse. Além disso, o fato de se preocuparem com o processo decisório positivo os afasta da área de não-decisão que pode ser tão ou mais importante do que a área de decisão. Certos problemas não chegam a ser formulados por causa da ação, consciente ou inconsciente, de certos setores da sociedade, especificamente interessados em evitá-los.

Outras críticas referem-se principalmente ao aspecto metodológico do trabalho: amostragem, operacionalização de definições etc. (Ver A. H. Birch — *Who Governs?* — book review — *Public Administration*, aut. 1962, p. 341).

A quantidade de críticas de que foi alvo a obra, fato comum no estado atual das Ciências Sociais, não diminui sua importância. Pelo contrário, serve como um indicador da atenção que lhe têm devotado os estudiosos do assunto. *Who Governs?* é um livro interessante, original e muito sugestivo e pode muito bem ser adotado, como ponto de referência, no estudo das mais diferenciadas comunidades brasileiras.

Anna Maria de Freitas Brasileiro
Professôra da EBAP

O DESAFIO AMERICANO

JEAN-JACQUES SERVAN-SCHREIBER, Traduzido do francês por Álvado Cabral, Rio de Janeiro, Editôra Expressão e Cultura, 1968.

O Desafio Americano, de Jean-Jacques Servan-Schreiber, é um livro muito importante para os administradores públicos e para o grande público brasileiro em geral.

Servan-Schreiber faz uma análise objetiva da invasão do mercado europeu por indústrias americanas, apresentando cifras reveladoras para comprovar a extensão do problema. Entretanto, ao invés de seguir o mesmo caminho palmilhado pelos críticos tradicionais dos Estados Unidos, Servan-Schreiber atribui êsse sucesso tecnológico não sòmente ao poderia econômico dêsse país, mas, sobretudo, à sua eficiência na arte de gerência e organização.

Servan-Schreiber apresenta, assim, como instrumento valioso utilizado pelas emprêsas americanas, as teorias de gerência.

Usa certos dados estatísticos dignos de confiança para demonstrar que o distanciamento[1] atualmente existente entre os dois continentes atingirá proporções ainda maiores nos próximos 30 anos e trata de alertar a Europa para que reveja sua estrutura político-administrativa, a fim de evitar o atraso tecnológico.

Talvez a tese do livro não seja tão nova. Durante os 10 últimos anos, as relações entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos giraram em tôrno do problema do distanciamento tecnológico. A política externa do Govêrno da França refletiu constantemente essa preocupação. Não sòmente De Gaulle, mas também os inglêses, aliados tradicionais dos americanos, na voz do 1.º Ministro Wilson, expressaram sua inquietude em relação ao futuro das indústrias européias, frente à invasão tecnológica americana.

O que há de nôvo no livro de Servan-Schreiber é a precisão com que analisa êsse problema. Sem condenar diretamente os críticos que sempre viram na expansão industrial americana uma expressão do imperialismo econômico, responsabiliza pelo fenômeno o fato de terem os americanos uma organização empresarial e quadros administrativos mais eficientes. Para Servan-Schreiber a arte da gerência, as técnicas de tomada de decisões e a organização das emprêsas americanas são os elementos favoráveis aos Estados Unidos na competição com a Europa. Também o fato de terem os Estados Unidos um sistema político que procura harmonizar as relações entre Govêrno e indústrias ajudou aos americanos.

Êste livro veio, pois, estabelecer nôvo ponto de partida para a formulação da política de certos países em processo de desenvolvimento, com relação aos Estados Unidos. Se considerarmos o fato de que Servan-Schreiber representa um segmento importante da intelectualidade européia, talvez possamos pensar

[1] O autor usa no original a palavra inglêsa *gap,* conservada pelo tradutor na versão portuguêsa.

que sua análise realista representa também a opinião de um círculo que, até recentemente, baseava suas atitudes em relação aos americanos, sòmente em considerações de ordem ideológica.

É mister, segundo o autor, analisar em primeiro lugar qual o grau de distanciamento existente entre as tecnologias da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Ainda há indicações de que a corrente de invenções na tecnologia civil européia é maior que na dos Estados Unidos. Considera-se a Europa mais avançada que os Estados Unidos na transmissão de energia elétrica de alta-voltagem e ao nível dos Estados Unidos em certos campos, como na metalurgia e na fabricação de fibras sintéticas. Está em posição desfavorável em relação aos Estados Unidos sòmente em certas áreas, como na fabricação de computadores, máquinas e aviões a jato controlados por computadores, satélites de comunicação, transistores e nas técnicas microeletrônicas. O hiato tecnológico está, pois, concentrado nessa área dos computadores, dos satélites e da eletrônica espacial.

Os cientistas e tecnólogos americanos têm grande respeito por seus colegas europeus, cônscios que são de que a tecnologia americana deve muito às descobertas científicas européias. Êles têm consciência de que os emigrantes europeus desempenharam, nos Estados Unidos, papel importante no desenvolvimento das armas nucleares e que têm contribuído para os projetos espaciais americanos. Algumas descobertas, como o radar, o motor a jato e a penicilina, vieram da Europa.

Tecnològicamente, os europeus são capazes de fazer algo, como nos mostra Servan-Schreiber no Cap. 12 — *O esfôrço do Concorde*. Seu problema consiste em transformar seus conhecimentos tecnológicos sôbre produção e vendas em circunstâncias em que possam competir com o mercado americano. No caso do Concorde, o Govêrno Britânico de Wilson tratou, em 1964, de abandonar o projeto de construção de aviões de produção anglo-francesa por razões financeiras e, mais tarde, a França criou outras dificuldades, políticas desta vez, para seu funcionamento. São imprevistos dessa natureza que prejudicam o desenvolvimento tecnológico da Europa.

Como observa Servan-Schreiber, em seu livro, grande parte do distanciamento resulta tanto das diferenças em questões de gerência, organização, competição, estrutura social e educação, quanto do tamanho dos mercados consumidores, dos capitais e das emprêsas.

Os europeus, como os latino-americanos, sempre apontam os investimentos extraordinários dos americanos, no campo da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, como o mais importante dos fatôres responsáveis pelo hiato tecnológico. Êste, porém, é sòmente um dos elementos. Outro fator responsável pelo distanciamento tecnológico é o *brain drain*.[2] As atividades industriais e intelectuais atraíram para os Estados Unidos milhões de cientistas, engenheiros,

[2] Movimento migratório de cientistas dos países em fase de desenvolvimento para países desenvolvidos.

médicos, professôres e outros profissionais de países da Europa Ocidental e do resto do mundo. Um dentre cada 20 europeus graduados em ciências e engenharia, vai trabalhar nos Estados Unidos.

Em 1965 o Prof. James A. Wilson, da Escola de Administração de Emprêsas da Universidade de Pittsburgh, apresentou um estudo baseado em 517 questionários respondidos por cientistas e engenheiros inglêses que haviam emigrado para os Estados Unidos e Canadá. Alguns disseram que haviam emigrado porque estavam insatisfeitos com as condições de trabalho; alguns, por salários mais altos, outros por *status* mais elevado. O maior grupo, porém — 38,6% — citou "maiores oportunidades profissionais". Do total, 72,1% disseram que ficariam na América, para onde foram atraídos porque é lá que se encontram atividades científicas. Na realidade, a maioria dos cientistas ou intelectuais vai aos Estados Unidos não sòmente por salários mais altos, mas também porque nesse país seus talentos são mais apreciados.

A única solução possível para os países da Europa Ocidental em relação ao problema do *brain drain* seria desenvolver a pesquisa com maior intensidade. A Europa, entretanto, não pode empreender tal esfôrço na mesma escala que os Estados Unidos, nem mesmo em têrmos relativos.

A preocupação é tanto política quanto comercial, porque se os 6 países do Mercado Comum Europeu continuarem a ser os principais importadores de descobertas e exportadores de cérebros, passarão à condição de países subdesenvolvidos.

Recentemente as indústrias norte-americanas com sucursais na Europa aumentaram suas pesquisas nessas filiais, num esfôrço evidente para facilitar a solução do problema. A longo prazo é vantajoso, para os americanos, não só tornar os europeus tecnològicamente melhor orientados, como criar condições para o desenvolvimento de sua tecnologia porque, em primeiro lugar, êles se converterão em melhores clientes, e, em segundo lugar, o americano não terá monopólio sôbre o poder intelectual.[3]

O Dr. Ivan L. Bennett Jr., num artigo escrito para *Le Monde Diplomatique* (Paris, fev., 67) disse que o distanciamento, para muitos europeus, tem vários significados, dentre os quais:

> "frustração frente à inabilidade para investir recursos em uma competição industrial em grande escala ou para desenvolver atividade científica que proporcione prestígio";
> "ressentimento por serem forçados a aceitar maiores mudanças na estrutura social, rompendo métodos tradicionais de fazer negócios";
> "desafio a atitudes profundamente arraigadas, forçando inovações na educação e mudanças nas instituições sociais".

Essa impaciência fundamental da Europa, com respeito ao hiato tecnológico, relatada pelo Dr. Bennett, reflete-se também no livro de Servan-Schreiber. O leitor tem a impressão de que os americanos são tão poderosos, estão tão

[3] *Brainpower*, na versão original.

próximos da válvula que regula os centros de decisão e de contrôle, que os europeus sentem que não têm comando sôbre seus destinos. Estão indo numa direção que não escolheram, mas da qual não podem desviar-se.

A maior evidência estatística que já se publicou sôbre distanciamento tecnológico foi o Relatório de 1965, da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento, que cobre a situação até o ano de 1962. Mostra êsse Relatório que a Europa Ocidental estava gastando, para pagamento de *royalties* de patentes e técnicas americanas 5 vêzes mais que os americanos gastavam com relação às técnicas européias, o que produzia um *deficit* anual de US$ 200 milhões. Desde então, o *deficit* passou a ser de quase US$ 1 bilhão.

Os investimentos norte-americanos na Europa cresceram de US$ 1,7 bilhões em 1950, para US$ 14 bilhões em 1965. Durante êsse mesmo período, os investimentos europeus nos Estados Unidos também cresceram de US$ 2,2 bilhões para US$ 6,1 bilhões. Maior capital europeu — US$ 12,2 bilhões — foi investido, em 1965, nos Estados Unidos, em ações de emprêsas. Durante 15 anos, de 1950 a 1965, muitas emprêsas americanas abriram sucursais na Europa. Um estudo do Atlantic Institute demonstrou que, em 1961, 460 das 1.000 maiores companhias americanas tinham sucursais na Europa e que, em 1965, a cifra havia aumentado para 700.

Há certa apreensão, nos Estados Unidos, de que o distanciamento possa estimular mais nacionalismo e protecionismo na Europa. Há, também, apreensão de que os Estados Unidos, buscando uma solução para o problema, possam sacrificar o progresso tecnológico e reduzir as vantagens representadas pela competição americana na Europa.

O país que mais tem protestado contra o hiato tecnológico é a tradicionalmente protecionista França. Isto explica, em parte, o êxito espetacular alcançado por *O Desafio Americano*. Servan-Schreiber emitiu opiniões já longamente debatidas e aceitas pelo grande público francês. A França é o único país da Europa onde existe atualmente uma genuína prioridade nacional para o desenvolvimento científico, com certo apoio do Govêrno do General De Gaulle. Entretanto, a anarquia que atualmente reina na França — onde estudantes e operários se esforçam para mudar a estrutura social pela violência — mostra a fragilidade do quadro ecológico da economia francesa.

Nos primeiros anos de seu govêrno, De Gaulle restringiu os investimentos americanos, mas em 1966 as limitações foram retiradas porque a política de exclusão estava prejudicando a França na mesma proporção em que a ajudava. Atualmente a França favorece indústrias que apliquem tecnologia avançada, particularmente as que instalem laboratórios de pesquisa.

O distanciamento tecnológico tem dois aspectos básicos que podemos chamar de diferenças "naturais" e "institucionais" entre os Estados Unidos e a Europa. As primeiras se referem ao fato de que a Europa Ocidental é composta

de 18 países soberanos; os Estados Unidos constituem um só país. Nenhum dêsses 18 países é maior que o Estado do Texas. Os países europeus têm uma população total de 330.000.000 de habitantes. — uma vez e meia maior que a população dos Estados Unidos — porém, com exceção das limitadas concessões sôbre tarifas que existem nos países do Mercado Comum Europeu, a Europa não é um todo.

As diferenças "institucionais" são constituídas de prioridades, atitudes, treinamento, gerência, estrutura econômica e sistema educacional. Uma situação envolvendo nações com sistemas legais, hábitos de trabalho e gostos de consumo diferentes, significa operações mais complicadas.

Como os mercados internos são limitados, os homens de negócios se acostumaram a uma visão limitada. Poucas companhias européias operam numa escala mundial e sòmente duas delas — Royal Dutch Shell e Unilever — encontram-se no mesmo nível que as 10 maiores indústrias dos Estados Unidos.

Certas atitudes dificultam o esfôrço europeu em várias situações. Há uma tendência, nos círculos dos negócios tradicionais, de desdém para com os cientistas e engenheiros. E há uma tendência, nos círculos científicos, de desdém para com o profissional que faz pesquisa aplicada. Na educação européia há uma tradição de feudos profissionais rígidos. Há pouca flexibilidade para permitir o tipo de pesquisas interdisciplinares que produzem muitas das descobertas de hoje nos Estados Unidos.

Cita Servan-Schreiber a educação como um fator-chave na conquista tecnológica alcançada pelos americanos. Apresenta, sôbre o assunto, extrato de um discurso feito pelo então Secretário da Defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara, onde são realçadas as diferenças nos sistemas educacionais dos Estados Unidos e da Europa e são estabelecidos quadros comparativos entre estudantes universitários americanos e dos diferentes países europeus. Êsses quadros demonstram que a Europa é muito fraca, no plano educacional. Essa debilidade, diz Servan-Schreiber, "ameaça tolher seu desenvolvimento".

Outro ponto importante é o fato de que nos Estados Unidos existe uma constante cooperação entre universidade, indústria e Govêrno, e essa equipe científica — professor, industrial e político — revelou um entrosamento produtivo. Há muitos anos os americanos compreenderam que não podiam viver sem essa união. (Sòmente a General Motors gasta por ano, em pesquisas, uma quantia três vêzes superior ao Orçamento do Govêrno Brasileiro.) Em conseqüência, os americanos desenvolveram uma capacidade de gerência impressionante e muito vantajosa, focalizando produto e consumidor. Ademais, a competição e as especificações rígidas impostas pelos contratos do Govêrno Federal Americano às indústrias produziram um catalisador importante na promoção de boa gerência e do planejamento.

Há, finalmente, o fato de que, ao contrário das atitudes conservadoras de gerência da Europa, os americanos têm o talento, até mesmo o hábito, de aplicar constantemente novas idéias a suas indústrias. Cérebros britânicos desenvolveram o princípio de asas oscilantes para avião, mas cérebros americanos o puseram em prática. A Europa foi envolvida pela idéia da revolução tecnológica; todavia, não se apercebeu da revolução das técnicas de gerência. Há poucas escolas de emprêsas na Europa e as que existem não gozam da aceitação e do conceito das escolas dos Estados Unidos.

Que está fazendo, então, a Europa, com relação ao distanciamento tecnológico?

Em primeiro lugar, os governos têm encorajado muitas fusões de emprêsas. Entretanto, houve sòmente uma fusão fora das fronteiras nacionais — Agfa, da Alemanha, e Gevaert, da Bélgica — duas indústrias de manufatura de filmes. Servan-Schreiber, com relação a êsse caso, diz que se tratou apenas de uma fusão a frio. "As duas companhias trocaram de diretores, colocaram um hífen entre seus 2 nomes — Agfa-Gevaert — e unificaram seus departamentos de pesquisas; isso foi quase tudo. Quanto ao resto, anunciaram a intenção de formar uma sociedade realmente unificada ... no dia em que as autoridades do Mercado Comum o permitam, mediante o estabelecimento de um estatuto, ainda inexistente, das sociedades européias. Aguardam a legislação."

Devido a êsses obstáculos encontrados nas leis européias com relação às fusões, certas indústrias americanas, fundindo-se com facilidade para sobreviver, tiraram maiores vantagens do mercado europeu do que as próprias indústrias européias. Ademais, as companhias americanas puderam, desapaixonadamente, escolher, para sua base física, as localizações geográficas mais vantajosas, sem qualquer inclinação emocional por um país específico. Fala-se muito em estabelecer uma lei para facilitar fusões internacionais, mas isso ainda não se concretizou.

Outra solução seria, talvez, a elaboração de projetos internacionais como o caso do Concorde. Esforços nacionais têm demonstrado sempre serem mais efetivos que os internacionais. A Grã-Bretanha, por exemplo, subvencionou sua indústria de computadores para prevenir seu atraso frente à indústria de computadores americanos. Em outubro de 1966 o Ministro das Relações Exteriores da Itália, Amintore Fanfani, propôs um "Plano Marshall" tecnológico, com investimentos mútuos dos Estados Unidos e da Europa, para fabricar computadores eletrônicos, desenvolver pesquisa espacial, tratar da dessalinização da água e combater a poluição do ar. Os países europeus, todavia, terão que organizar-se, desenvolver processos adequados de tomada de decisões e rever suas estruturas político-administrativas, antes que possam realmente reduzir o distanciamento. Os problemas tecnológicos estão tão inter-relacionados com os problemas de administração que é difícil solucioná-los separadamente.

Servan-Schreiber, no Cap. 3 de seu livro, analisa um estudo feito pelo Instituto Hudson, de Nova Iorque, que classifica todos os países em 5 categorias, segundo a renda *per capita* de seus habitantes. É interessante para os brasileiros o exame dos dados seguintes:

Classificação das Sociedades Anônimas

Pré-industrial:	De 50 a 200 dólares *per capita*
Em processo de industrialização:	De 200 a 600 dólares *per capita*
Industrial:	De 600 a 1.500 dólares *per capita*
Industrial avançado (sociedade de consumo):	De 1 500 a 4 000 dólares *per capita*
Pós-industrial:	De 4 000 a 20 000 dólares *per capita*

O estudo do Instituto Hudson indica qual será, no ano 2000, "segundo as previsões e sem levar em conta as mutações imprevisíveis", a classificação das nações. Sòmente os Estados Unidos, Japão, Canadá e Escandinávia serão classificados na categoria "pós-industrial". A Europa Ocidental junto com a União Soviética, Israel, Alemanha Oriental, Polônia, Tcheco-Eslováquia, Austrália e Nova Zelândia estarão na categoria "industrial avançada". Finalmente, México, Argentina, Venezuela, Chile, Colômbia, Coréia do Sul, Malásia, Formosa e os outros países da Europa atingirão o estágio de "sociedades de consumo". O resto do mundo, incluindo a China, a Índia, quase tôda a América do Sul (com o Brasil) e os conjuntos do mundo árabe e a África negra não terão ainda atingido a "fase industrial".

A preocupação de Servan-Schreiber é ver a Europa Ocidental incluída na categoria "industrial avançada". Para isso, procura sacudir a consciência européia para que novas técnicas sejam aplicadas na formulação das soluções aos problemas tecnológicos. Diz que: "... *É evidente que o atraso europeu não é ocasionado por um atraso mental generalizado. É causado pela ausência de organização.*"

Pelo menos com relação à Europa Ocidental existe certa possibilidade de reduzir o hiato. Em têrmos realistas, essa possibilidade quase não existe no caso do Brasil e de outros países do 3.º Mundo.

Usando a classificação do Instituto Hudson podemos prever que, com o tempo, o distanciamento entre os países avançados e os subdesenvolvidos será cada vez maior. Nos países da categoria "pré-industrial" os problemas mais urgentes concentram-se em tôrno da construção da máquina do Estado e da assunção de atitudes de soberania nacional. Nos países da 2.ª categoria "em processo de industrialização", os assuntos políticos ainda são tratados com grande prioridade: o contrôle da burocracia da nação, a condução da política

nacional e a manutenção da disciplina política. Nos países incluídos nessas categorias não há grandes investimentos do Estado na indústria. Seus cidadãos são usualmente chamados a trabalhar em projetos que poderão causar, de imediato, uma mudança em suas vidas: novas habitações, sistemas de irrigação etc.

Todavia, se o livro é importante para os brasileiros, o é sòmente por ajudá-los a compreender o fenômeno do distanciamento tecnológico, e, talvez, a reconsiderar certas impressões que possam ter sôbre o "imperialismo" americano. Seria, porém, um êrro medir a distância tecnológica existente entre os Estados Unidos e o Brasil, usando, como têrmo de comparação, as diferenças entre a industrialização da Europa Ocidental e do Brasil. Uma análise nesses têrmos nos levaria a pensar que as soluções sugeridas por Servan-Schreiber, para o problema Estados Unidos–Europa, deveriam ser as mesmas, o que, lògicamente, é impossível. A evolução histórica de cada país é tão difícil de ser repetida que o Brasil, como os outros países em fase de desenvolvimento, terá que desenvolver sua própria tese frente ao desafio americano. É possível que, quando estiver em condições de competir no plano tecnológico, o Brasil tenha que enfrentar não sòmente um desafio americano, mas desafios japonêses, escandinavos e canadenses. Se as previsões do Instituto Hudson se cumprirem, os americanos não estarão sòzinhos na era "pós-industrial" e a grande ameaça não estará na Europa Ocidental, mas sim nos países pobres e subdesenvolvidos onde se notará com maior evidência o distanciamento tecnológico.

Servan-Schreiber anexou a seu livro uma nota sôbre a experiência japonêsa. Essa nota explica o sucesso nipônico tomando, da História Japonêsa, as peculiaridades que o favoreceram. A nota descreve o desenvolvimento industrial desde 1863, pouco depois da revolução dos *meiji*. Não obstante, as políticas de modernização do Japão, de 1863 até a 2.ª Guerra Mundial, discutidas nessa nota, não bastam para explicar devidamente o sucesso nipônico. Sem dúvida, é preciso ir muito mais longe, na história japonêsa, para compreender o progresso material espetacular dêsse país. Como é muito comum a países em fase de desenvolvimento considerar o caso do Japão como um modêlo a seguir, talvez convenha explicá-lo brevemente em têrmos de suas peculiaridades típicas.

A geografia é o fator menos flexível em qualquer herança nacional. A topografia, a localização e o clima do Japão tiveram um papel significativo como facilitadores do desenvolvimento do país, o mesmo, aliás, que tiveram no crescimento da Grã-Bretanha, no lado oposto do continente eurasiano. O Estreito de Tsushima e a Coréia eram bastante grandes para frustrar os vários atentados de invasão, mas não para impedir relações comerciais durante os períodos de paz. Se considerarmos a vulnerabilidade geopolítica do Vietname do Sul, da Indonésia e da maioria dos Estados novos, rodeados por fronteiras mal traçadas ou por vizinhos perigosos, podemos compreender a grande vantagem que tem o Japão de ser uma ilha. Isso deu ao país maior chance de escolha para decidir quando e como relacionar-se com estrangeiros.

Sua reduzida área geográfica e a relativa facilidade de transportes e comunicações ajudam a explicar a unificação política do Japão de 1600, da mesma forma que sua condição de ilha garantiu a homogeneidade cultural. Antes de 1868 o Japão constituía-se de uma sociedade muito unificada, sem as divisões regionais ou tribais que infestam as novas nações. Sem maiores influxos na população, por milhões de anos, e um sistema político unificado depois de 1600, o Japão criou um modêlo de cultura e patriotismo quase similar à Inglaterra elisabetana.

É mister salientar-se também que a base econômica para a industrialização japonêsa foi estabelecida antes da revolução dos *meiji* e é importante estudar êsses fatôres anteriores para compreender porque os reformadores *meiji*, na sua dinastia de 1868 a 1912, puderam estabelecer as estruturas financeiras descritas na nota de Servan-Schreiber. O regime Tokugawa (1600-1868) adotou as normas confucianas de obediência aos oficiais e suprimiu o Xintoísmo Imperial. Isso influenciou muito as massas e a elite burocrática que logo modernizou o Japão. Também explica por que não foi necessário para o Japão receber Voluntários da Paz ou funcionários da USAID para infundir no povo uma crença no progresso, como foi necessário fazer em muitos países em fase de desenvolvimento, incluindo o Brasil.

Outra vantagem *pré-meiji* foi a tradição de aceitar cultura estrangeira sem preconceitos nacionalistas. Sendo um país pequeno, històricamente inferior à China, o Japão nunca pôde ver-se como centro do universo. Adotou a cultura chinesa em grande escala durante o século VII e era muito receptivo às influências ocidentais no final do século XVI, até que a cristandade passou a ser considerada como politicamente subversiva.

Outro fator sócio-econômico que facilitou a mobilidade social foi a prática da adoção, mediante a qual filhos de fazendeiros e negociantes ricos podiam ser adotados, como membros de famílias nobres, através do matrimônio, para perpetuar o nome da família. Êsse costume permitiu a muitos filhos de famílias de classe média integrar a elite social e política. O atual 1.º Ministro do Japão, Eisaku Sato, é um exemplo dêsse caso.

Como sua revolução industrial começou tarde, o Japão pôde entender a relação da economia com o poder político e usou todos os meios ao seu alcance para adotar técnicas ocidentais. Suas metas gêmeas — prosperidade e defesa — são também as mais importantes para tôdas as nações em fase de desenvolvimento, mas o Japão gozou de uma experiência doméstica e de um momento histórico que o colocaram em melhores condições de alcançá-las. Não existe, hoje em dia, nenhum país subdesenvolvido que goze das mesmas condições das quais gozou o Japão, na metade do século XIX, para alcançar seu desenvolvimento econômico.

Jean-Claude Garcia-Zamor, Ph.D.
Professor Visitante da EBAP

INFORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

Um dos aspectos marcantes da evolução política, econômica e social de nosso tempo é a importância crescente das comunicações, com o relêvo da função informativa. Tão marcante é êsse destaque que já se fala no surgimento de uma nova ciência, a *informática,* cujo escopo seria a análise e aperfeiçoamento dos métodos de transmissão de conhecimentos e dados.

De qualquer maneira, a todos será pacífica a certeza de que um jovem universitário moderno manipula com uma soma de dados inúmeras vêzes superior ao da maioria dos "gênios" da antiguidade.

Não apenas a computação, como, também, sua vida útil sofreu impacto irremediável. Em nossos dias as *verdades científicas* têm vida curta. Assim, urge informar o maior número de dados no menor espaço de tempo possível.

A Fundação Getúlio Vargas, tendo surgido para atender a necessidades decorrentes dessa evolução, defrontou-se com a acentuada escassez, em nossa língua, de literatura especializada. Daí o relêvo natural logo adquirido, no conjunto de suas atividades, pelo setor editorial.

Os diversos Institutos componentes da Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Administração, Instituto Brasileiro de Economia, Instituto de Direito Público e Ciência Política, Instituto de Documentação, Instituto de Seleção e Orientação Profissional, cada um em sua especialidade, contam-se entre os principais centros brasileiros e latino-americanos de pesquisa e ensino.

Constituindo suas edições a cristalização das pesquisas e estudos dos diversos Institutos, o Serviço de Publicações vem realizando trabalho o mais profícuo no alargamento e aprofundamento do panorama cultural e editorial brasileiro.

Seu catálogo de publicações é distribuído gratuitamente.

Os interessados deverão escrever para:

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Serviço de Publicações
Praia de Botafogo 186
C.P. 29 — ZC-02 — Rio de Janeiro, GB.

EDIÇÕES DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

SÉRIE CADERNOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CAP)

1. *Relações Públicas, Divulgação e Propaganda* — Benedicto Silva 2.ª edição
2. *Planejamento e Desenvolvimento de Países Subdesenvolvidos* — Roberto de Oliveira Campos ..... esgotado
3. *Publicidade Administrativa* — Benedicto Silva ..... esgotado
4. *Teoria dos Departamentos de Clientela* — Benedicto Silva .. 2.ª edição
5. *Alguns Aspectos do Treinamento* — A. Fonseca Pimentel — .. 2.ª edição
6. *Os Princípios Orçamentários* — Sebastião de Sant'Anna e Silva — 2.ª edição
7. *Pequena Bibliografia sôbre Treinamento* — A. Fonseca Pimentel.
8. *Confronto entre a Administração Pública e a Administração Particular* — Benedicto Silva ..... 2.ª edição
9. *Relações Humanas na Indústria* — E. Daya — ..... 2.ª edição
10. *A Departamentalização no Nível Ministerial* — Gustavo Lessa .. esgotado
11. *As Corporações Públicas na Grã-Bretanha* — Gustavo Lessa.
12. *As Funções do Administrador de Pessoal no Serviço Público* — Henry Reining Jr. ..... esgotado
13. *Dois Programas de Administração de Pessoal*
14. *Centralização de Compras para o Serviço Público* — Robert N. MacMurray ..... esgotado
15. *A Justiça Administrativa na França* — François Gazier.
16. *O Estudo da Administração* — Woodrow Wilson ..... 2.ª edição
17. *Teoria das Funções Municipais* — Benedicto Silva.
18. *Curso de Administração Municipal* (Programa e justificação) — Diogo Lordello de Mello.
19. *A Era do Administrador Profissional* — Benedicto Silva.
20. *O & M na Administração Inglêsa* — John R. Simpson.
21. *Assistência Técnica em Administração Pública* — Benedicto Silva 2.ª ed.
22. *O & M na Administração Sueca* — Taras Sallfors.
23. *Introdução à Teoria Geral de Administração Pública* — Pedro Muñoz Amato ..... 2.ª edição
24. *Relações Públicas no Govêrno Municipal* — L. C. Hill ..... esgotado
25. *A Justiça Administrativa no Brasil* — J. Guilherme de Aragão.
26. *Panorama da Administração Municipal Brasileira* — Diogo Lordello de Mello.
27. *Classificação de Cargos* — J. de Nazaré T. Dias — ..... 2.ª edição
28. *Principais Processos de Organização e Direção* — Catheryn Seckler Hudson ..... 2.ª edição
29. *O Conselho de Estado Francês* — François Gazier.

30. *A Profissiografia do Administrador* — Mira y Lopez ..... 2.ª edição
31. *A Ambiência da Administração Pública* — Roscoe Martin.
32. *Instituições Orçamentárias Fundamentais* — Newton C. Ramalho.
33. *Planejamento* — Pedro Muñoz Amato — ..... 3.ª edição
34. *Execução Plenejada* — Harlow S. Person ..... 2.ª edição
35. *Como Dirigir Reuniões* — Eugene Raudsepp — ..... 2.ª edição
36. *Em Busca de Executivos para Cargos de Direção Geral* — Robert N. MacMurray ..... esgotado
37. *Contrôle dos Gastos Eleitorais* — Geraldo Wilson Nunan.
38. *Procedimentos para "Forçar" Acôrdo* — Irving J. Lee.
39. *Relações Humanas nas Atividades Modernas* — Robert Wood Johnson — 2.ª edição.
40. *O Govêrno Estadual nos EE.UU.* — George W. Bemis.
41. *Orçamentos* — Pedro Muñoz Amato ..... esgotado
42. *Uma Análise das Teorias de Organização* — Beatriz M. de Souza Wahrlich ..... 2.ª edição
43. *O Assessoramento da Presidência da República* — Cleantho P. Leite.
44. *Taylor e Fayol* — Benedicto Silva — ..... 3.ª edição
45. *A Administração Civil na Mobilização Bélica* — Benedito Silva.
46. *A Moderna Administração Municipal* — Diogo Lordello de Mello.
47. *Teoria e Prática de Orçamento Municipal* — J. Teixeira Machado Junior — 2.ª edição.
48. *Introdução aos Testes Psicológicos* — Ruth Scheeffer — .... 2.ª edição
49. *Gênesis do Ensino de Administração Pública no Brasil* — Benedicto Silva.
50. *Uma Teoria Geral de Planejamento — Benedicto Silva.*
51. *Introdução ao Planejamento Regional* (com referência especial à Região Amazônica) — John R. P. Friedmann.
52. *Estrutura do Orçamento e Classificação das Contas Públicas* — ONU.
53. *Introdução ao PERT Básico* — Breno Genari — 2.ª edição.
54. *Estudos de Organização: Dois Casos* — Luiz Carlos de Danin Lobo.
55. *Administração Orçamentária Comparada* — J. Teixeira Machado Junior.
56. *Formação Para a Administração Pública* — Riva Bauzer.
57. *Organização do Município* — Diogo Lordello de Mello.
58. *Processo Decisório — Curso Pilôto na EBAP* — Maria Pia Duarte Gomes.
59. *Laboratório de Sensibilidade — Um Estudo Exploratório* — Fela Moscovici.
60. *Política e Administração de Pessoal: Estudo de Dois Casos* — Carlos V. do Amaral e Kleber T. do Nascimento.
61. *O Aumento do Preço do Aço na CSN* — Frank P. Sherwood.
62. *A Adoção do Orçamento-Programa pelo Estado da Guanabara* — Frank P. Sherwood.

63. *Formação para a Administração Pública — II — Vestibulandos, Ebapianos e Bacharéis em Administração Pública* — Riva Bauzer.
64. *O Caso da Barrilha* — Aluysio Guimarães.
65. *Uma Crise de Autoridade* — Eurico Madeira.
66. *Condições de Vida e Planejamento Físico* — Francisco Whitaker Ferreira.
67. *Uma Análise de Sistemas Administrativos* — Breno Genari.
68. *Um Litígio Administrativo* — Clóvis Zobaran Monteiro.
69. *Aprovação das Contas do Executivo da Guanabara em 1962* — Evaldo Macedo de Oliveira.
70. *A Administração de Pessoal Vista pelos Chefes de Serviço* — Asterio Dardeau Vieira.
71. *O Processo Decisório no Serviço de Pessoal* — Asterio Dardeau Vieira.
72. *O Assessoramento Legislativo* — Ana Maria Brasileiro.
73. *A Reforma Administrativa de 1967* — J. de Nazaré T. Dias.
74. *Organização Administrativa para o Planejamento Municipal* — Rubens M. Pereira e Celson Ferrari.

SÉRIE BIBLIOTECA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (BAP)

1. *Organização e Métodos* — Harry Miller — 4.ª edição.
2. *Técnica de Administração Municipal* — Associação Internacional de Administradores Municipais ..... enc.
3. *A Arte da Administração* — Ordway Tead ..... esgotado
4. *Introdução à Administração Pública* — Pedro Muñoz Amato ... esgotado
5. *Introdução ao Planejamento Democrático* — John R. P. Friedmann ... br.
6. *Princípios de Finanças Públicas* — Hugh Dalton ..... esgotado
7. *Problemas de Pessoal da Emprêsa Moderna* — Tomás de Vilanova M. Lopes — 3.ª edição ..... cart.
8. *Administração de Pessoal — Princípios e Técnicas* — Beatriz M. de Souza Wahrlich ..... 2.ª edição
9. *Direito do Trabalho* — Délio Maranhão ..... cart.
10. *O Ensino de Administração Pública no Brasil* — Marina Brandão Machado ..... cart.
11. *Classificação das Contas Públicas* — José Teixeira Machado Junior .. cart.
12. *Administração e Estratégia do Desenvolvimento* — A. Guerreiro Ramos .. .. cart.
13. *A Intervenção do Estado no Domínio Econômico* — Alberto Venâncio Filho ..... cart.
14. *Comunicação em Prosa Moderna* — Othon M. Garcia ..... cart.
15. *O Contrôle da Despesa Pública no Brasil* — Fernando Bessa de Almeida.

ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA (A.B.P.)

Expediente

Diretor: M. B. Lourenço Filho

Redator-Chefe: Wedher Modenezi Wanderley

Secretário: Athayde Ribeiro da Silva

Corpo Redatorial: Aroldo Rodrigues, Elso Arruda, Francisco Campos, Franco Seminério, Henrique Baez, Isabel Adrados, Monique Augras, Leonilda D'Annibale Braga, Maria Helena Novaes e Ruth Scheeffer.

Trimestral. Publicação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas, iniciada em setembro de 1949, e na qual o leitor encontrará artigos e comentários atuais sôbre temas psicológicos, além de seleta informação bibliográfica.

Assinatura anual:

Porte simples	– 10,00
Porte aéreo	– 12,00
Número avulso ou atrasado	– 3,00

CONJUNTURA ECONÔMICA (C.E.P. e C.E.I.)

Expediente

Diretor: José Garrido Tôrres

Redator-Chefe: Dênio Nogueira

Secretário: Newton Luiz do Rêgo

Corpo Redatorial: Edison Cezar de Carvalho, Augusto Cesar Cardoso, Basílio Martins, Ernst Muhr, Geoffrey A. Langlands, Hélio M. Escobar, Herbert Friedmann, Jayr Dezolt, John O. Schroy, Jorge Kingston, Lúcia Marinho Pirajá, Mário Henrique Simonsen, Orlando de Souza, Oswaldo R. Franco, Pedro Paulo Barbosa da Costa, Tupy C. Pôrto e Ivan C. Duarte.

Mensal. Publicada a partir de novembro de 1947. Revista mensal, do Instituto Brasileiro de Economia da F. G. V., circula em duas edições, portuguêsa e inglêsa, apresentando análise da situação e dos problemas econômicos e financeiros nacionais e estrangeiros, além dos índices econômico-financeiros do País.

Edição Nacional (C.E.P.)

Assinatura anual:

Porte simples	– 15,00
Porte aéreo	– 21,00
Número avulso ou atrasado	– 1,50

CURRICULUM (CUR.)

Expediente

Diretor: Irene Estevão de Oliveira

Redator-Chefe: Amaury Pereira Muniz

Secretário: Jayder Teixeira

Redatores: Adolfo Riedel Ratosbona, Gastão Jacinto Gomes, Jorge José Abib, Maria Zely de Souza Muniz, Paulo Pereira Muniz, Salomão Santana Daniel e Terezinha M. Teixeira.

Trimestral. Publicação iniciada em 1962 sob a responsabilidade do Colégio Nova Friburgo; dedica-se a questões relativas ao ensino médio, incluindo em suas páginas trabalhos sôbre didática, auxílios audiovisuais, práticas educativas e demais assuntos que se relacionem com o problema da educação.

Assinatura anual

Porte simples	– 6,00
Porte aéreo	– 9,00
Número avulso ou atrasado	– 2,00

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÊSAS (R.A.E.)

Expediente

Diretor: Ary Bouzan

Redator-chefe: Esdras Borges Costa

Secretária: Nilza Vieira Manso do Prado

Corpo Redatorial: Heinrich Rattner, Ivan Pinto Dias, Kurt E. Weil, Laerte Leite Cordeiro, Luiz Carlos Bresser Pereira, Luiz Felippe Valle da Silva, Mauro Brandão Lopes, Milton Huppert Monte Carmello, Orlando Figueiredo, Pólia Lerner Hamburger e Ruy Vianna Braga.

Trimestral. Publicada a partir de maio de 1961 sob a responsabilidade do Centro de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Emprêsa de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, destina-se a:

a — Fornecer elementos e critérios mais atualizados da moderna administração de emprêsas.

b — Focalizar ângulos de interpretação dos fatos e problemas.

c — Abrir novas perspectivas para uma atuação mais produtiva e relevante.

Assinatura anual:

Porte simples	— 12,00
Porte aéreo	— 15,00
Número avulso ou atrasado	— 4,00
Encardenado (Vols. IV, V, VI e VII) cada vol.	— 18,00

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA (R.B.E.)

Expediente

Diretor: Isaac Kerstenetzky.

Redator-Chefe: José Maria Gouvêa Vieira

Principais Colaboradores: Jorge Kingston, Octávio Gouvêa de Bulhões, Eugênio Gudin, Mário Henrique Simonsen, Ruy Miller Paiva e Julien Magalhães Chacel.

Trimestral. Publicada a partir de setembro de 1947 sob a orientação do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da F.G.V., divulga trabalhos de economia teórica e aplicada de economistas brasileiros e estrangeiros. Além de um número inteiramente dedicado, todos os anos, às contas nacionais do Brasil, a revista tem reproduzido conferências de professôres visitantes, algumas das quais são hoje famosas na literatura econômica.

Assinatura anual:

Porte simples	— 10,00
Porte aéreo	— 12,00
Número avulso ou atrasado	— 3,00

REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA (R.C.P.)

Expediente

Diretor: Themistocles Brandão Cavalcanti

Secretário: Armando de Oliveira Marinho

Conselho Diretor: Alfredo Lamy F.º, Flávio Novelli, Barbosa Lima Sobrinho, Bilac Pinto, Caio Tácito, Carlos Medeiros Silva, Hermes Lima, Oswaldo Trigueiro, Seabra Fagundes e Victor Nunes Leal.

Trimestral. Publicada a partir do primeiro semestre de 1958, como órgão do Instituto de Direito Público e Ciência Política. Inicialmente denominada "Revista de Direito Público e Ciência Política", teve seu título modificado para "Revista de Ciência Política", em 1967, por decisão do Conselho do IDPCP. Publica artigos doutrinários, bibliografia e informes em geral, de preferência problemas de sociologia política, análise das instituições do Estado e da maneira como se comportam.

Assinatura anual:

Porte simples	– 10,00
Porte aéreo	– 13,00
Número avulso ou atrasado	– 3,00

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO (R.D.A.)

Expediente

Diretor: Carlos Medeiros Silva

Redatores-Secretários: Alfredo de Almeida Paiva e L. C. Miranda Lima.

Redatores: A. Gonçalves de Oliveira, Victor Nunes Leal e Caio Tácito.

Trimestral. Publicada a partir de março de 1946, de início sob a responsabilidade do DASP constituindo a 2.ª seção da "Revista do Serviço Público". A partir de julho de 1946 passou à responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas que a publica trimestralmente. Destina-se a todos quantos, no serviço público ou fora dêle, se dedicam ao estudo e à aplicação do Direito.

Índices: Periòdicamente, de 30 em 30 números, a revista edita o Índice Remissivo de suas edições. Êsse índice, de rara utilidade prática, contém, além de completa indicação das matérias e autores, revisão integral da legislação do período e resumo da jurisprudência publicada, constituindo-se, assim, em roteiro seguro para pesquisas e consultas. Já à venda os dois primeiros volumes, correspondentes aos números de 1 a 30 e 31 a 60, respectivamente.

Assinatural anual:

Brochura sob registro	– 26,00
Encadernado sob registro	– 32,00
Brochura via aérea	– 30,00
Encadernado via aérea	– 36,00
Exemplar avulso ou atrasado	
Brochura	– 8,00
Encadernado	– 10,00

Índices:

Preço unitário (venda avulsa)	
Brochura	– 8,00
Encadernado	– 10,00

Nas principais livrarias do País ou pelo Reembôlso Postal:
Praia de Botafogo, 186 – Caixa Postal – 29 – ZC-02
Rio de Janeiro – GB